

Pequenas Ousadias Historiográficas Contra a Timidez dos Estudos Históricos-Organizacionais Brasileiros: uma discussão sobre escolhas epistemológicas, teóricas e metodológicas

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir escolhas epistemológicas, teóricas e metodológicas em estudos históricos-organizacionais. No cumprimento desse objetivo foi desenvolvida uma análise comparativa de dois estudos históricos-organizacionais brasileiros, a saber: (i) História organizacional da ENAP: uma análise dos papéis desempenhados e das competências organizacionais desenvolvidas, de Silva (2017); e (ii) Interculturalidade em uma organização de origem em países distintos: uma história da Inaceres, de Souza (2016). A análise desses estudos é fundamentada teoricamente, a partir de uma pesquisa bibliográfica, e desenvolvida em função de três eixos temáticos de discussão: epistemológico, teórico e metodológico. Ao analisar os estudos sob o eixo epistemológico, verifica-se que são construídos com concepções semelhantes de ciência que se caracterizam por: buscar a interpretação e não verdade do objeto que estudam e, em correlato, relacionar o sujeito com o objeto na produção do conhecimento. Ao analisar os estudos sob o eixo teórico, verifica-se que eles se aproximam no alinhamento à História Nova e se afastam nas diferentes abordagens teórico-metodológicas que adotam, em função de seus objetos de estudo. Ao analisar os estudos sob o eixo metodológico, verifica-se que eles utilizam técnicas de levantamento e análise de informações que, embora diferentes, se assemelham em diversos aspectos. Contudo, essa é uma discussão que não se encerra nesse artigo, e sua continuidade contribui para a articulação das pequenas ousadias historiográficas e a superação da timidez dos estudos histórico-organizacionais.

Palavras-chaves: Administração. Estudos Organizacionais. História. Estudos históricos-organizacionais.

1. Considerações Iniciais

O título e, em correlato, o objetivo desse artigo são influenciados pela constatação de Monteiro e Souza (2013) de que a metodologia historiográfica vem ganhando força, mesmo que de maneira muito tímida, nos estudos organizacionais brasileiros. Por um lado, observa-se, no Brasil, a tendência de crescimento de história no campo dos estudos organizacionais e, em paralelo, no campo de administração, bem como no campo de administração pública. Por outro lado, atribui-se a timidez desse crescimento em parte às limitações epistemológicas, teóricas e metodológicas desses campos de conhecimento e, mais exatamente, de seus agentes de produção e difusão. O objetivo desse artigo é discutir escolhas epistemológicas, teóricas e metodológicas em estudos históricos-organizacionais.

Várias são as justificativas para o desenvolvimento de estudos históricos-organizacionais. De acordo com Peci (2007), a utilização da perspectiva histórica para estudar a construção da realidade permite a compreensão de como se dão os processos dentro de um campo específico, neste caso, o campo dos estudos organizacionais. Vizeu (2008) argumenta que a utilização da pesquisa histórica nos estudos organizacionais é uma estratégia de pesquisa organizacional que tanto é capaz de promover o avanço do conhecimento na área, como também reestruturar a sua natureza. Pieranti (2007, p. 2) afirma que a utilização da historiografia como metodologia válida para pesquisa em Administração, perpassa pelo “reconhecimento de que a História é determinante para explicar os acontecimentos e as estruturas existentes em qualquer sociedade”. Costa et. al. (2010) afirmam que a perspectiva histórica vem sendo utilizada nos estudos organizacionais brasileiros devido a três aspectos, a

saber: (i) busca de maior relevância e contribuição teórica das pesquisas por meio da ampliação do uso do método histórico; (ii) resgate dos aspectos históricos e interculturais em oposição à reprodução ideológica dominante que tende a excluir o passado ou o contexto das teorias e práticas organizacionais; e, (iii) aproximação dos pesquisadores ao contexto da realidade brasileira potencializando uma posição de engajamento e compromisso consciente com sua realidade social.

Não se questiona mais a relevância da historiografia para os estudos organizacionais, e sim como produzir estudos históricos-organizacionais relevantes. A possibilidade de contribuir nesse sentido é o que justifica a discussão proposta nesse artigo.

Para cumprimento do objetivo de discutir escolhas epistemológicas, teóricas e metodológicas em estudos históricos-organizacionais, desenvolve-se uma análise comparativa de dois estudos selecionados apenas por consistirem em historiografias de organizações. Os estudos analisados são: (i) História organizacional da ENAP: uma análise dos papéis desempenhados e das competências organizacionais desenvolvidas, de Silva (2017); e (ii) Interculturalidade em uma organização de origem em países distintos: uma história da Inaceres, de Souza (2016).

A discussão desses estudos é desenvolvida em função de três eixos temáticos de análise. Sob o eixo epistemológico (1) discutem-se fundamentalmente a concepção de cientificidade considerando-se o objetivo do estudo e, em correlato, o posicionamento do sujeito em relação ao objeto de estudo; o que é também uma discussão ontológica. Sob o eixo teórico (2) discutem-se as abordagens teóricas-metodológicas priorizadas nos estudos. Sob o eixo metodológico (3) discutem-se os métodos e, mais especificamente, os procedimentos metodológicos utilizados nos estudos, isto é, as técnicas de pesquisa adotadas nesses estudos. Essa análise é suportada por uma literatura que integra as obras citadas nos estudos e outras obras levantadas para esse artigo por meio de pesquisa bibliográfica.

Esse artigo está dividido em três seções. A primeira são essas Considerações Iniciais que apresentam tema-problema, objetivo, estratégia metodológica e a estrutura do texto. A segunda é a Discussão das escolhas epistemológicas, teóricas e metodológicas de estudos históricos-metodológicos, na qual se desenvolve a análise comparativa dos estudos de Silva (2017) e Souza (2016) sob os eixos epistemológico, teórico e metodológico. A terceira são as Considerações Finais que apresentam uma síntese da análise e uma continuidade da discussão proposta nesse artigo.

2. Discussão das escolhas epistemológicas, teóricas e metodológicas de estudos históricos-metodológicos

O estudo de Silva (2017) teve como objeto a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), organização pública que completou 30 anos de existência, cujo o projeto original foi delineado como parte integrante e indispensável do processo de reforma/modernização do Estado, com o propósito de formar recursos humanos para o setor público, no esforço de capacitar e formar administradores de alto nível. A tensão de pesquisa é que as escolas de governo podem realizar ou não o propósito em função do qual foram criadas. Há uma diferença entre, por um lado, “ser criada para” e “poder ser” e, por outro lado, “ser” escola de governo. O que se questionou na investigação foi: Como a ENAP é escola de governo?

O estudo de Souza (2016) teve como objeto de estudo a interculturalidade em uma organização privada de origem em países distintos. A organização foi a Inaceres Agrícola e Industrial de Processamento de Palmito, que se constituiu no Brasil a partir de uma parceria de *Joint-Venture* entre uma organização equatoriana e outra brasileira que foi instalada na região sul da Bahia e adquiriu, estrategicamente, outra empresa privada brasileira do mesmo

ramo. A questão central deste estudo foi quais os reflexos da interculturalidade na organização Inaceres?

2.1. Eixo epistemológico

Para compreensão da ENAP como escola de governo admite-se que as organizações apresentam suas idiossincrasias nos seus processos de evolução e revolução. Nessa abordagem processual concebem-se as organizações como processos e não como entidades fixas, homogêneas e estáveis (DUARTE; ALCADIPANI, 2016; SANTOS; SILVEIRA, 2015). Trata-se de encontrar possibilidades de compreender e interpretar a história e o comportamento organizacional; isto considerando que cada organização tem uma história diferente para contar.

Essa concepção de ciência é amparada no estudo de Silva (2017) pela abordagem interpretativista na qual as organizações são processos que surgem das ações intencionais das pessoas, individualmente ou em harmonia com outras. Elas interagem entre si na tentativa de interpretar e dar sentido ao seu mundo. A realidade social é, então, uma rede de representações complexas e subjetivas (VERGARA; CALDAS, 2005).

Trata-se de produzir conhecimento científico como interpretação, e não como verdade, e na relação entre sujeito e objeto, sendo: o objeto processual, circunstanciado no tempo e no espaço, como concebido por Kliksberg (1992, p. 45), para o qual a administração pública tem uma “historicidade visceral”; e a abordagem teórica e metodológica de caráter histórico, e se soma a outros estudos históricos realizados em administração, administração pública e estudos organizacionais (COSTA et.al., (2010); KIESER, 2004; VIZEU, 2010).

Abordagem interpretativista tem o objetivo de entender o mundo do ponto de vista daqueles que o vivenciam. Nessa abordagem, o objeto de pesquisa é entendido como construído socialmente pelos atores. Atores moldam significados a partir de eventos e fenômenos através de processos complexos e longos de interação social. Essa abordagem pressupõe que para compreender o mundo o pesquisador deve interpretá-lo. Preparar uma interpretação é também construir uma leitura desses significados, é oferecer a construção do pesquisador a partir da construção dos atores em estudo (SILVA; NETO ROMAN, 2010).

Para compreender como a interculturalidade se reflete na organização Inaceres admite-se que as organizações operam em sociedade. Nessa abordagem interacional concebem-se que as organizações sejam fenômenos culturais, realidades construídas, sustentadas por um conjunto de simbolismo e que se desenvolve durante o curso da interação social (MORGAN, 2009; MOTTA; CALDAS, 2011).

Essa concepção de ciência é amparada no estudo de Souza (2016) pela abordagem qualitativa a partir de uma perspectiva histórica apoiada nos marcos teóricos da antropologia por corroborar com Vizeu (2010) de que o estudo da cultura possui uma relação imbricada com a pesquisa histórica. Nesse sentido, Vizeu (2010, p. 41) argumenta que “a antropologia se estabelece como ciência da cultura no sentido de que procura o entendimento da formação histórica do seu objeto”.

Trata-se de produzir conhecimento científico a partir do interesse de entender fenômenos dentro de seus próprios contextos específicos, considerando tanto os acontecimentos ao decorrer de longos períodos como, também, as motivações, emoções e preconceitos das pessoas envolvidas na situação pesquisada (GRAY, 2012). A abordagem qualitativa possibilita o pesquisador compreender como e o por que o fenômeno ocorreu ou ocorre com o menor afastamento possível do cenário em questão, e o que levou os agentes a agir como agiram através da elucidação do significado que as pessoas atribuem ao seu mundo e suas experiências (MINAYO, 2009; GODOI; BALSINI, 2010, GRAY, 2012).

A abordagem qualitativa permite a busca de motivos dos sujeitos, através de suas experiências de vida a partir do foco nos processos de significado visando à compreensão de

indivíduos, grupos e organizações (GOLDENBERG, 1997). Essa abordagem pode ser aplicada nos estudos da história, das relações, das representações, das crenças, das opiniões, por ser produto das interpretações que os humanos fazem com relação às suas motivações de como vivem e como se sentem. Nessa abordagem, os objetos de estudo são dimensões humanas, e seus sentidos, não podem ser mensurados e nem generalizados. (MINAYO, 2009; SANTOS, 2013).

2.2. Eixo Teórico

O princípio adotado em ambas as pesquisas é o histórico associado à ideia da “virada histórica”, a qual está vinculada ao grande processo de renovação epistemológica e metodológica que acometeu as ciências sociais em meados do século XX, passando a considerar as crescentes preocupações com a subjetividade, com o discurso e com a práxis nas ciências sociais. Nesse sentido, esse movimento de transformação busca uma “abordagem diferente” para a “história” que permita “uma guinada para debates historiográficos e teorias históricas de interpretação, o reconhecimento da inerente ambiguidade do termo ‘história’” (CLARK; ROWLINSON, 2004, p. 331).

A Nova História (LE GOFF, 1988; BURKER, 1992) também renunciou ao domínio da verdade. A história atualmente não se mede por critérios de veracidade, o que configuraria um retrocesso; mas, sim, pela verossimilhança, que é o ponto de convergência entre hipóteses possíveis de um passado efetuado, vivido; daí origina a credibilidade do autor, desde que consiga explicar, de maneira plausível e com respaldo de fontes confiáveis, o acontecimento em questão. Nesse aspecto, as fontes são apenas indiciárias e não revelam a verdade propriamente dita como era outrora. Portanto, admite-se a presença da ficcionalidade no domínio do discurso histórico, o qual sofre o crivo da testagem, a comprovação.

Interessa a Silva (2017) e a Souza (2016) um aspecto bem específico da historiografia da história: a mudança paradigmática da história nova. Esta mudança paradigmática na historiografia ocorreu na virada do século XIX para o século XX, por meio do embate entre duas visões antagônicas: um paradigma iluminista ou “moderno” consubstanciado em uma história tradicional política e um paradigma “pós-iluminista” consubstanciado na “nova história” (CURADO, 2001; CLARK; ROWLINSON, 2004; PIERANTI, 2008).

Novas fontes querem dizer também novos problemas metodológicos e interpretativos: Silva (2017) segue o problema da história das organizações, o qual, para Üsdiken e Kieser (2004) e para Costa e et. al., (2010), pode ser investigado a partir das características do paradigma da história nova e a partir da posição reorientacionista, no espectro das pesquisas no campo dos estudos organizacionais. Souza (2016), por sua vez, segue a abordagem histórica por ser interdisciplinar como perseguido pela história nova, dentro da qual se destaca a antropologia histórica; e, por ter como objeto a interculturalidade, sendo cultura um dos objetos tratados pela história nova, e particularmente na referida antropologia cultural. (LE GOFF, 1990).

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa de Silva (2017) alinha-se aos estudos acerca de história organizacional, reconhecendo tais estudos ganharam significativo espaço nas agendas dos estudiosos e pesquisadores a partir da década de 1970. Durante as três primeiras décadas do século XX, manteve-se quase inalterada a hegemonia da historiografia política tradicional, começando o seu declínio somente a partir dos anos 1930 com a história social e a partir dos anos 1970 com a nova história (COSTA et.al., 2010).

Costa e Costa (2015) defendem que a história da administração pública deve incorporar os avanços da historiografia contemporânea, sobretudo da chamada nova história

Nessa perspectiva, em Pieranti (2005), que trata da metodologia historiográfica e sua aplicabilidade no campo da Administração no Brasil contemporâneo, percebe-se que:

Mais que instrumento para a investigação, a História é disciplina e entendimento dos quais derivam formas específicas de observação dos fatos. Entender a História como linha mestra e explicativa dos acontecimentos não significa sobrepor-la à Administração e seus tradicionais mecanismos de coleta de dados e análise dos mesmos; significa, sim, compreender a interpretação com base histórica como um dos caminhos possíveis à investigação em Administração, notadamente no que se refere a problemas de pesquisa no âmbito público. Significa, enfim, acreditar que políticas públicas e relações de poder, por exemplo, têm fortes bases históricas e que, portanto, podem ser explicadas por métodos de pesquisa ligados a essa disciplina (PIERANTI, 2005, p. 08).

Üsdiken e Kieser (2004) classificam em três distintas abordagens do pensar administrativo, relacionando-as com a discussão paradigmática de visões da história: (1) a história dos negócios ou empresarial (business history); (2) a história da gestão (management history); e (3) a história organizacional (organizational history). Esses autores ainda defendem que os pontos a favor da perspectiva histórica nos estudos organizacionais têm envolvido teóricos e pesquisadores em três posições distintas: uma posição suplementarista; uma posição integracionista; e uma posição reorientacionista.

Costa et.al.(2010) analisam a classificação proposta por Üsdiken e Kieser (2004) e fazem algumas observações. Primeiro, identificou-se forte associação entre uma primeira etapa da história empresarial com características do paradigma da história tradicional e com a posição suplementarista. Já em um segundo momento, mais atual, a posição dessa abordagem foi alterada, evidenciando aproximações com a posição integracionista. Ainda dentro do paradigma tradicional da história, identificou-se a história da gestão com a posição integracionista. Por último, a abordagem da história organizacional foi identificada com características do paradigma da história nova e com a posição reorientacionista.

A pesquisa empreendida por Silva (2017) teve o desdobramento por um lado, o seu para a análise dos papéis desempenhados pela ENAP, ao longo da sua trajetória, considerando as influências dos aspectos dos contextos e a discussão em aberto sobre o que é e o que realmente faz uma escola de governo e para a análise das competências organizacionais desenvolvimento para o desempenho como escola de governo. Neste processo a história organizacional alia-se a perspectiva dinâmica das organizações para identificar as competências organizacionais desenvolvida ao longo do tempo.

Silva (2017) desenvolveu tal pesquisa considerando a perspectiva da história organizacional atrelada aos princípios da historiografia atualizada da história nova, numa posição entre a integracionista e a reorientacionista. Adotar a posição integracionista significa reconhecer que eventos do passado atuam no presente, sendo úteis para a identificação e escolha de oportunidades. (COSTA et.al., 2010).

Essa nova relação entre história e organização, calcada pelo reconhecimento da história organizacional, foi impulsionada, igualmente, pelo esclarecimento da conexão entre passado e presente. Muitas vezes colocados em oposição, estes conceitos estariam conjugados, como um estado atual e outro retrospectivo (TORRES, 1987). O presente é o passado refletido, de onde a importância da trajetória organizacional, fonte de compreensão, de previsão e de legitimação para as organizações.

Justamente pela Nova História ter renunciado ao domínio da verdade, como representação, a história atualmente não se mede por critérios de veracidade, o que configuraria um retrocesso; mas, sim, pela verossimilhança, que é o ponto de convergência entre hipóteses possíveis de um passado efetuado, vivido; daí origina a credibilidade do autor, desde que consiga explicar, de maneira plausível e com respaldo de fontes confiáveis, o acontecimento em questão. Nesse aspecto, as fontes são apenas indiciárias e não revelam a verdade propriamente dita como em outrora.

Em relação aos aspectos teóricos-metodológicos, o estudo de Souza (2016) solidariza-se com Vizeu (2010) que afirma existir uma relação imbricada entre a pesquisa histórica e o estudo da cultura que não pode ser esquecida nos estudos organizacionais. E reafirma a relevância da pesquisa histórica na administração, principalmente, ao lembrar que a história organizacional e gerencial ao ser verificada deve ser considerada a natureza multifacetada da cultura, que se estabelece enquanto teia de significações a partir de diferentes esferas de análise social e de todas as manifestações sociais.

Ao considerar as diversas possibilidades de se estudar cultura nos estudos organizacionais, a pesquisa se apoiou em Motta e Caldas (2011) por considerar que as organizações operam em uma sociedade; e em Morgan (2009) por ponderar que as organizações são fenômenos culturais, realidades construídas, sustentadas por um conjunto de simbolismo e que se desenvolve durante o curso da interação social. Logo, o conceito de cultura adotado foi de sistema de símbolos e significados compartilhados em comportamentos e ações. E, o conceito de interculturalidade adotado foi de interação e convivência marcada por experiências e símbolos compartilhados por membros envolvidos em uma realidade construída por seus comportamentos e ações.

A história da interculturalidade foi construída a partir da história da cultura e da cultura organizacional, uma vez que esses dois conceitos dão sustentação teórica para o estudo da interação e convivências entre culturas diferentes em contextos organizacionais. Vale ressaltar que a história da intercultura foi construída a partir de uma perspectiva da história nova, onde a cultura foi analisada a partir da relação interativa entre as representações e as práticas (BARROS, 2003; BURKE, 2008).

Outro ponto que merece destaque nesta pesquisa é a utilização e integração de diferentes técnicas de pesquisa (análise documental, entrevista narrativa, história de vida, história oral); a utilização de diversas fontes de pesquisa em um conceito amplo de documento histórico, tendo em vista que a mesma foi construída a partir de uma questão que é formulada no presente e respondida no passado. Em outras palavras, privilegiou-se fontes alternativas que fossem adequadas às novas referências epistemológicas de cunho subjetivista conforme a história nova estabelece como princípios para a perspectiva histórica.

Na pesquisa desenvolvida por Souza (2016) destaca-se a dificuldade para se discutir teoricamente a abordagem histórica da interculturalidade, percalço esse atribuído à carência no campo de estudos organizacionais brasileiros de estudos sobre interculturalidade e com abordagens históricas. Outra dificuldade diz respeito a impossibilidade de entrevistar os sujeitos equatorianos envolvidos na trajetória histórica, pois possivelmente outros temas poderiam emergir pela inclusão de indivíduos de outra nacionalidade. Mesmo com as limitações destacadas, o referido estudo concluiu que na Inaceres a interculturalidade se reflete em toda sua trajetória histórica, envolvendo seus funcionários e a organização em sua totalidade e que as diferentes culturas envolvidas na interação e convivência organizacional resultaram em uma interculturalidade integrada em toda trajetória história estudada da Inaceres.

2.3. Eixo metodológico

A utilização da perspectiva histórica nos estudos organizações deve ser feita atentando-se para a confiabilidade das fontes e dos dados, a busca por fontes alternativas, e a diversificação dos métodos para análise dos dados. Em relação à confiabilidade das fontes e dos dados, Pieranti (2007), argumenta que a falta de interesse em tornar públicas determinadas informações por parte do governo e empresas pode suscitar dúvidas a respeito da confiabilidade das informações. O autor alerta, ainda para a possibilidade de “maquiagem” dos dados que não agradem aos informantes, por parte de empresas e de governos.

Em relação à busca por fontes alternativas, Vizeu (2010) considera a necessidade de explorar fontes historiográficas alternativas que sejam o mais adequado possível às referências epistemológicas de cunho subjetivista, como por exemplo, a história oral e registros não oficiais. E por fim, Pieranti (2007) pondera a necessidade de somar novos métodos de análises aos mais utilizados (análise de conteúdo e de discurso).

Para as etapas de coleta e análise dos dados, o estudo desenvolvido por Silva (2017) tomou-se por orientação a abordagem interpretativista para a qual a realidade é um produto de experiências subjetivas e intersubjetivas do participante em ação. Dessa maneira, a unidade de análise é o encontro entre os sujeitos, não percebendo as organizações como unidades concretas (VERGARA; CALDAS, 2005).

Além de considerar o contexto e a perspectiva dos participantes como elementos importantes no desenho desta pesquisa, ressalta-se que sua execução foi de muitas idas e vindas entre a empiria e teoria.

Como opção metodológica, Silva (2017) utilizou predominantemente métodos históricos, os quais guiaram a decisão operacional quanto às técnicas de coleta de dados a utilizar: pesquisa documental, observação não-participante e entrevista com recursos da história oral temática.

Ferraz e Silva (2015) destacam, no campo da pesquisa qualitativa, os métodos históricos para compreensão do fenômeno social e organizacional. As autoras exploram a análise documental e entrevista narrativa, história de vida e história oral, como métodos que valorizam a reconstrução discursiva e permitem ao pesquisador organizacional manter o significado visando à compreensão de indivíduos, grupos, organizações e trajetórias. Seguindo também pelo paradigma interpretacionista, Rese *et. al.* (2010) ressaltam no estudo histórico as entrevistas de natureza narrativa, observações, coleta de documentos e artefatos.

A pesquisa documental foi utilizada por Silva (2017) visando possibilitar a coleta de informações por meio de documentos escritos e por contribuir na reconstituição de um passado que nem sempre se mantém na memória das pessoas. A análise documental se mostra pertinente aos objetivos pretendidos, pela possibilidade de recuperar informações do passado registradas em leis, decretos, estatuto e regimento interno, catálogos de curso, cartas de serviços, entrevistas, vídeos institucionais, projeto de desenvolvimento institucional, projeto de planejamento estratégico, relatórios de gestão, relatórios de prestação de contas e documentos gerais que podem auxiliar na compreensão da história da ENAP. Tais documentos constituíram uma unidade hermenêutica no Atlas.ti. A pesquisa documental contribuiu, em especial, para a compreensão dos contextos políticos e agendas de políticas públicas nos quais a Escola esteve ligada ao longo do tempo.

O acesso aos documentos ocorreu por meio do site institucional da ENAP (www.ENAP.gov.br) e do acesso ao Repositório Institucional da ENAP (<http://repositorio.ENAP.gov.br/>), pela consulta do acervo físico da Biblioteca Graciliano Ramos/ENAP e pela doação de documentos por alguns entrevistados. Alguns documentos também foram solicitados em atendimento a Lei da Informação (BRASIL, 2011).

A observação não participante ocorreu em momentos distintos da pesquisa, na qual a pesquisadora assumiu o papel de espectador do objeto observado (GIL, 2010). Na observação não participante os sujeitos não sabiam que estavam sendo examinados e não houve interação com os observados. Nesse tipo de observação, o pesquisador apreende uma situação como ela realmente ocorre (MOREIRA, 2004).

Por meio da observação simples é possível coletar informações sobre as causas geradoras dos comportamentos e ter acesso a dados potencialmente importantes e úteis. Durante a observação são registrados dados visíveis e de interesse da pesquisa.

Como meio de registro da observação foram utilizadas anotações de campo (contendo detalhes, impressões e registros e também foram registradas por meio de fotografia, que auxiliaram a análise dos dados coletados.

Silva (2017) adotou os recursos história oral temática segundo Meihy e Ribeiro (2011) para a narrativa da história da ENAP.

Na descrição de Lang (1996), as entrevistas de história oral consistem em um processo de conversação entre pesquisador e o narrador, no qual o indivíduo é a fonte de dados – ele conta a sua história ou dá o seu depoimento – mas não consiste, ele próprio, o objeto de estudo. A matéria-prima para a pesquisa ora em tela foi a narrativa do indivíduo entrevistado. Alberti (2002) argumenta que a narrativa é um dos principais alicerces da história oral e que ao contar suas experiências, o entrevistado seleciona e organiza os acontecimentos de acordo com seus referenciais do tempo presente.

Na pesquisa desenvolvida por Silva (2017) destaca-se a dificuldade de colher depoimentos que contemplem uma visão mais longínqua da ENAP, pois os cargos de gestão da Escola têm mandato de 4 anos, sendo possível a sua prorrogação por mais 4 anos. Sendo assim esta pesquisa encontrou várias “fotografias” da história da ENAP e poucos “filmes”. O referido estudo também provocou curiosidade sobre o desenvolvimento institucional, o qual supõe que fatores de mudança e continuidade agem simultaneamente ao longo do tempo, sendo importante levar em consideração ambos os fatores na análise da trajetória.

É possível afirmar que a pesquisa qualitativa em Administração pode ser mais enriquecida por meio da adoção da história oral, uma vez que já se vale da abordagem historiográfica como método, especialmente o enfoque da Nova História (CURADO, 2001; PIERANTI, 2008; SOUSA, 2016), e da biografia das organizações como método da pesquisa organizacional (SALAMA, 1994). Em outras palavras, a história oral mostra-se como sendo fundamental para a reconstrução de narrativas sobre a história das organizações.

Com base em Meihy e Ribeiro (2011) a entrevista foi composta de pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista. Na pré-entrevista, o pesquisador fez a sua apresentação e expôs os objetivos e finalidade do estudo, situando a colaboração do entrevistado, inclusive esclarecendo como chegou até ao seu nome.

O roteiro foi organizado em quatro momentos, a saber: (i) caracterização do sujeito; (ii) caracterização da organização; (iii) identificação dos marcos históricos da organização; (iiii) identificação das competências organizacionais da ENAP. O roteiro foi composto de tópicos e questões abertas nas quais, em todos esses momentos, foi privilegiada a perspectiva dos sujeitos entrevistados.

O roteiro coletou dados de caracterização do sujeito entrevistado, por meio de sua formação, experiência pessoal e profissional e como a sua história encontrou a história da ENAP, contudo se reconhece aqui a limitação da presente pesquisa, por não trazer uma interpretação da história da Escola e sua relação com a história de vida dos seus dirigentes.

O processo interpretativo das entrevistas realizadas foi iniciado desde o primeiro contato da pesquisadora com o campo empírico. Logo após a realização das entrevistas, elas foram atentamente ouvidas na gravação e em seguida integralmente transcritas, fazendo-se menção a interrupções, eventos que interferiam nas entrevistas e momentos de emoção, risos ou gestos mais significativos. As transcrições completas constituíram uma unidade hermenêutica no *Atlas.ti*.

Como técnica de análise de dados, priorizou-se a Análise Temática baseada em Braun e Clarke (2006), Cunliffe (2011), Alhojailan (2012) e Vaismoradi et al. (2013). Adotou-se a proposta de análise temática indicada por Braun e Clarke (2006), assumindo a flexibilidade inerente à referida técnica, a saber: 1) familiarização com os dados; 2) geração códigos iniciais; 3) busca de temas; 4) revisão de temas; 5) definir e nomear temas e 6) produção do relatório. Considerando as seis fases do processo de análise temática apresentadas por Braun e

Clarke (2006), admite-se que a pesquisa desenvolvida por Silva (2017) seguiu um caminho analítico-interpretativo “dirigido pelos dados”.

Ao analisar as entrevistas, não se procurou estabelecer um consenso, um discurso do sujeito coletivo ou uma narrativa totalizante e sim reconhecer a visão individual de cada entrevistado, que de alguma maneira representou as demandas e necessidades, bem como os projetos de cada ciclo de gestão da ENAP. Nessa análise considerou-se que a história oral temática é uma narrativa que busca a versão de quem presenciou o acontecimento ou que pelo menos dele tenha uma variável, seja discutível ou contestatória.

Braun e Clarke (2006) apresentam a Análise Temática como uma técnica de análise qualitativa caracterizada pela flexibilidade, por ser essencialmente independente de uma teoria ou epistemologia específica e que pode ser aplicada com uma variedade de abordagens teóricas e epistemológicas.

[...] Análise Temática não é apegada a qualquer arcabouço teórico pré-existente e, por conseguinte, ela pode ser utilizada em diferentes quadros teóricos (embora não todos), e pode ser usada para fazer coisas diferentes dentro deles (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 81).

Este foi um aspecto que contribuiu para adoção dessa técnica na análise dos dados, pois Silva (2017) admite que a pesquisa tinha um referencial teórico parcial mesmo após o término da pesquisa empírica.

Embora o engajamento com a literatura existente antes da coleta de dados seja característica da maior parte dos métodos qualitativos, é fortemente sugerido pelos autores Braun e Clarke (2006), Godoi e Balsini (2010), Deslauriers e Kérisit (2012) que a revisão da literatura em profundidade seja adiada até que a coleta da maioria dos dados seja concluída para evitar introdução de preconceito e noções percebidas.

Um “enredo” foi escrito para apresentar esse processo de análise de dados que se constitui numa interpretação de como a ENAP é escola de governo, ao longo dos 30 anos. Nesta história os atores participaram ativamente na construção coletiva do texto. Suas falas e relatos apresentam uma narrativa e uma história coerentes, nas quais os temas estão descritos e, espera-se que, conectados.

Na análise dos dados e na redação do texto, optou-se por não identificar os entrevistados, não tão somente para preservar o anonimato, mas pela decisão de organizar a investigação a partir de temas que emergiram de todo o corpo empírico da pesquisa. As falas e as narrativas dos sujeitos da pesquisa formam esse corpo empírico e foram tratadas nesta pesquisa para contextualizar e trazer um significado para os temas. Logo, decidiu-se por priorizar o sentido e o significado dos temas que surgiram do *corpus* como um todo, ao invés de particularizar e identificar cada fala e seu respectivo autor.

É importante destacar que essas técnicas foram utilizadas sempre concebendo os entrevistados como sujeitos participantes de um contexto social mais amplo que o contexto da ENAP. Além disso, essas técnicas permitiram a interpretação fundamentada em relatos orais, em documentos, observação e na análise do contexto em que se deu a experiência vivida (CHIZZOTTI, 2011).

Como técnicas de coletas de dados, o estudo de Souza (2016) elegeu a análise documental e a entrevista. Enquanto a análise documental oportuniza a coleta de informações através de documentos escritos que possibilita a reconstituição de um passado que nem sempre se mantém na memória das pessoas (CELLARD, 2008), a entrevista, por sua vez, possibilita a coleta de informações através da fala dos sujeitos que ganham voz para falar sobre o que e como sentem acerca do tema pesquisado e quem nem sempre se tem registro oficial sobre as suas falas (GOLDENBERG, 1997; MINAYO, 2009).

A análise documental foi realizada apenas com documentos oficiais da empresa que foram produzidos em contexto de divulgação de marketing e científica por pessoas ligadas à

organização estudada a fim de assegurar a autenticidade e confiabilidade das informações obtidas, além de ter sido considerado a natureza, os conceitos-chaves e a lógica dos textos (CELLARD, 2008).

A coleta de dados através da entrevista foi elegida a partir da necessidade de tratar a tematização e a profundidade de maneira conjugada, assim privilegiou-se a entrevista temática em profundidade. De acordo com Godoi e Mattos (2010), na entrevista temática o tema de interesse prévio do pesquisador orienta tanto a seleção dos entrevistados como a realização da entrevista. Enquanto, na entrevista em profundidade, entende-se que o objeto estudado é constituído pela vida, experiências, ideias, valores e estrutura simbólica do entrevistado.

A concepção da entrevista partiu do pressuposto de que as técnicas escolhidas para a entrevista deveriam permitir a valorização da relação entre sujeito e sua história como locus propício à construção de conhecimento sobre a realidade social em sua complexidade e dinamicidade (SOUZA, 2011). Logo, a entrevista foi concebida a partir da utilização de um conjunto de pressupostos compartilhados por técnicas como a entrevista narrativa, a da história de vida e a da história oral, sendo estas duas últimas tomadas como correlatas.

A entrevista narrativa, que é uma técnica não estruturada e de profundidade, foi realizada com o objetivo de reconstruir através do discurso algo anteriormente vivido pelo sujeito, a partir do encorajamento e estímulo do entrevistado a contar a história sobre algo importante que aconteceu na sua vida e no seu contexto social (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). A história de vida, que é uma técnica caracterizada pelo sentido do passado no presente imediato das pessoas (ICHIKAWA; SANTOS, 2006) e a história oral, que é uma técnica que além de atualizar o passado nos dias atuais pode também suprir a deficiência de informações não registradas ou suprir a deficiência de documentos disponíveis foram utilizadas para compreender como a interculturalidade reflete na organização estudada a partir do que os sujeitos resgatavam da história profissional no seu contexto, além de como aconteceu a trajetória histórica da organização.

O processo de análise das informações coletadas foi iniciado desde o primeiro contato da pesquisadora com o campo empírico. Os documentos analisados e as entrevistas ouvidas e transcritas integralmente. Foi utilizado o *software* Atlas. TI como apoio de gerenciamento da base de dados e dos elementos construídos a partir do material empírico. A técnica para análise foi a técnica da análise de conteúdo considerando que a mesma tem por objetivo a descrição do conteúdo das mensagens e indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mesmas (BARDIN, 1977).

O processo analítico e interpretativo do estudo sobre interculturalidade se desenvolveu em quatro etapas. Na primeira foi apresentado-se os sujeitos através dos breves relatos das histórias de vida de cada um deles. Na segunda etapa, deu-se a construção de uma história da Inaceres. Na terceira realizou-se a análise dos conteúdos das falas de todos os sujeitos, com a identificação dos temas recorrentes (culturas, convivência e interação, comunicação, aprendizagem, centralização e descentralização, e desafios culturais) e construção da narrativa dos reflexos da interculturalidade na organização Inaceres. E, por fim, na quarta etapa, foi realizado um diálogo teórico reflexivo que permitiu afirmar que as diferentes culturas resultaram em uma interculturalidade integrada em toda trajetória histórica da Inaceres.

A importância de compreender a história das organizações, também pode interessar ao campo prático, pois os programas de desenvolvimento de lideranças cabem focar em formação e desenvolvimento de competências gerenciais sobre os processos de nascimento e crescimento de cada organização. Em outras palavras, de acordo com Salama (1994), dever-se-ia dar mais ênfase a fatores internos, tais como: o que sabemos sobre o processo histórico

de uma organização em particular? Ao invés de analisarmos somente os aspectos externos, o que sabemos sobre a situação do mercado ou sobre os aspectos do meio?

Salama (1994) acolhe uma analogia entre os teóricos organizacionais e os antropólogos. Ambos precisam estudar as características particulares de cada grupo e o seu modo específico de vida e prestar atenção no que diferencia uma organização de outra, a fim de compreender por que (sobre) vivem de maneiras diversas, sinalizando que uma organização não é totalmente dependente da trajetória e nem totalmente criadora da trajetória. Talvez na ansiedade para encontramos generalizações, os estudiosos da organização tenham ignorado o elemento mais importante - a história da organização.

O campo dos estudos organizacionais, numa perspectiva multiparadigmática, implica na coexistência de diferentes modos de acesso e conceituação da realidade (GODOI; BALSINI, 2010). Essa multiplicidade de forma de compreender os fenômenos organizacionais atinge os enunciados ontológicos, epistemológicos, teóricos e metodológicos do pesquisador. Possivelmente em virtude desta amarração, a investigação qualitativa tenha se caracterizado tal como assinalam Denzin e Lincoln (2000), primordialmente pelas tensões, contradições e vacilações.

3. Considerações Finais

Ao analisar os estudos sob o eixo epistemológico, verifica-se que são construídos com concepções semelhantes de ciência que se caracterizam por: buscar a interpretação e não verdade do objeto que estudam e, em correlato, relacionar o sujeito com o objeto na produção do conhecimento. Silva (2017) optou por compreender o conhecimento científico como interpretação, e não como verdade, e na relação entre sujeito e objeto, sendo: o objeto processual, circunstanciado no tempo e no espaço. Nessa abordagem interpretativista, o objeto de pesquisa é entendido como construído socialmente pelos atores. Silva (2017) assumiu a premissa que para compreender o mundo o pesquisador deve interpretá-lo. Preparar uma interpretação é também construir uma leitura desses significados, é oferecer a construção do pesquisador a partir da construção dos atores em estudo (SILVA; NETO ROMAN, 2010).

Souza (2016), por sua vez, optou por compreender o conhecimento científico a partir do como e por que o fenômeno aconteceu através da elucidação do significado do que as pessoas atribuem ao seu mundo e as suas experiências. Nessa abordagem qualitativa, o objeto de pesquisa também é entendido como construído socialmente e sustentadas por um conjunto de simbolismo. Souza (2016) assumiu a premissa que para compreender o mundo o pesquisador deve dar voz aos sujeitos para entender a motivação que os levaram a agir como agiram e o por que com o menor afastamento possível do cenário em questão (MINAYO, 2009; GODOI; BALSINI, 2010; GRAY, 2012).

Ao analisar os estudos sob o eixo teórico, verifica-se que eles se aproximam no alinhamento à História Nova e se afastam nas diferentes abordagens teórico-metodológicas que adotam, em função de seus objetos de estudo. Silva, (2017) entendeu que as organizações, com o seu caráter dinâmico e processual, não podem ser totalmente compreendidas se forem separadas de suas histórias, ressaltando a contribuição de estudos históricos sobre como os fenômenos acontecem nas organizações e também sobre a história organizacional. A história sendo considerada como uma atividade que provém da ação. Ou seja, ela não é fixa, estática ou dada, mas sim elaborada. Em outras palavras, a história entendida como um “fazer”, fruto do trabalho e esforço para construí-la (SANTOS, 2014).

Por outro lado, Souza (2016) compreendeu que as organizações são fenômenos culturais construídas a partir de simbolismos que se desenvolvem durante a interação social, e para a compreensão das mesmas a relação existente entre a pesquisa histórica e o estudo da cultura não pode ser esquecida nos estudos organizacionais. Ou seja, os reflexos da

interculturalidade não poderiam ser totalmente compreendidos se fossem separados da história da Inaceres. E assim como Silva (2017) destacou a relevância dos estudos históricos e da história organizacional nos estudos organizacionais no que diz respeito à compreensão de como e por que os fenômenos acontecem ou aconteceram nas organizações.

Ao analisar os estudos sob o eixo metodológico, verifica-se que eles utilizam técnicas de levantamento e análise de informações que, embora diferentes, se assemelham em diversos aspectos. Silva (2017) fez um percurso indutivo no qual a pesquisa documental, a observação não-participante e as entrevistas tomaram por orientação a abordagem interpretativista sendo a unidade de análise constituída a partir no encontro entre os sujeitos, buscando compreender como a ENAP é escola de governo, analisando os seus papéis e competências organizacionais, isto com uma abordagem que permite a maior proximidade possível com os atores que viveram e vivem essa história, por meios de suas memórias e das narrativas.

Nesse sentido, Souza (2016), também fez um percurso indutivo, e mais especificamente, histórico, no qual a análise documental e a entrevista tomaram por orientação a abordagem qualitativa, sendo a unidade de análise constituída a partir das falas dos sujeitos e das escritas registradas, buscando construir a história da Inaceres e analisar a interculturalidade na história da Inaceres, isto com uma abordagem que permite o menor afastamento possível do cenário e dos atores que viveram e vivem essa história, por meio de documentos, narrativas e histórias de vida e oral.

Decorrente desse estudo comparativo uma pergunta surgiu: é possível fazer generalizações de estudos de natureza histórica e interpretativas?

A resposta foi emprestada de Morgan (2007) ao defender uma abordagem pragmática, a qual não considera possível que os resultados da investigação sejam tão singulares que não tenham qualquer implicação para outros atores (no caso da investigação em tela, outras organizações) em outros contextos ou tão generalizados que se aplicam em todos os cenários históricos e culturais possíveis. Para o autor, uma questão importante é a “medida em que podemos levar as coisas que aprendemos com um tipo de método em um ambiente específico e fazer o uso mais adequado desse conhecimento em outras circunstâncias” (p.71). A esse modo de fazer inferências aos dados, Morgan (2007), inspirado em Lincoln e Guba (2000), chamou de transferibilidade de resultados de pesquisa. Para Morgan (2007, p.71), não se pode simplesmente supor que os métodos e a abordagem definidos para a pesquisa tornam nossos resultados contextualizados ou generalizáveis. Em vez disso, precisa-se “investigar os fatores que afetam se o conhecimento que ganhamos pode ser transferido para outras configurações”.

Esta defesa da transferibilidade decorre, para Morgan (2007), de um “enfoque pragmático e sólido sobre o que as pessoas podem fazer com o conhecimento que produzem e não sobre argumentos abstratos sobre a possibilidade ou impossibilidade de generalização” (idem, p.71). Para o autor, sempre é preciso perguntar “o quanto de nosso conhecimento existente pode ser utilizável em um novo conjunto de circunstâncias”. (p. 71)

Já para Godoi e Balsini (2012), as conclusões e os resultados de estudos e pesquisas qualitativos podem ser localizadas num espectro contínuo que vai da descrição à interpretação. Não há busca de regularidades, mas sim da compreensão dos agentes, do que os levou a agir e do como agiram, sendo interesse do pesquisador passar pela busca do significado e do sentido das ações e práticas que configuram a dinâmica social.

Solidariza-se com Morgan (2007) na preocupação de não ser mal interpretado por alegar que “não há valor nas distinções entre indução e dedução, subjetividade e objetividade, ou contexto e generalidade” (ibid, p.72). Para o autor esses conceitos têm seu uso para comparar diferentes abordagens da pesquisa em ciências sociais, considerando, inclusive, a pesquisa qualitativa como uma pesquisa que enfatiza uma abordagem indutivo-subjetivo-contextual, enquanto a pesquisa quantitativa enfatiza uma abordagem de generalização-objetivo-dedutiva.

Contudo, para Morgan (ibid., p.73), o problema está nas “tendências amplas como características absolutas e definidoras para essas duas abordagens diferentes. Considerando que esses problemas se tornam ainda piores quando negamos a possibilidade de trabalhar de um lado para o outro entre os dois extremos”.

Pesquisas qualitativas que apresentam, dentre outros aspectos, a compreensão dos fenômenos a partir das perspectivas dos participantes, a imersão de contexto, acolhem a técnica da análise temática como uma técnica de análise qualitativa, pois também partem do princípio de que o desenho da pesquisa não pode e nem precisa ser completamente especificado antes da pesquisa de campo (GODOI; BALSINI, 2010). Ressalta-se que o processo e o contexto constituem elementos inseparáveis do tema da pesquisa qualitativa, cuja ênfase está nos significados, sua descrição e interpretação, corroborando com as premissas da análise temática. (ALHOJAILAN, 2012; BRAUN; CLARKE, 2006; CUNLIFFE, 2011; VAISMORADI et al., 2013).

Os autores Braun e Clarke (2006), Cunliffe (2011); Vaismoradi et al.(2013) reconhecem a história desenvolvida com base em temas como estratégia tomada de "sentido", não de "verdade(s)". Se a história for coerente e lógica, os leitores são capazes de viajar facilmente através os mundos de desenvolvedores "temas" e decidir por si mesmos se os temas são esforços legítimos de pesquisa.

Essa discussão não se encerra nesse artigo, e sua continuidade poderia contribuir para a articulação das pequenas ousadias historiográficas e superação da timidez dos estudos histórico-organizacionais. A título de conclusão, o que se propõe é discutir amplamente e profundamente a pesquisa histórica no campo dos estudos organizacionais sustentando essa discussão com análises das escolhas epistemológicas, teóricas e metodológicas utilizadas e passíveis de serem utilizadas nos estudos histórico-organizacionais.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. Textos de história, vol. 11, n 1/2, 2003. Disponível em:
<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/issue/view/679>
- BRAUN, V.; CLARK, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CLARK, P; ROWLINSON, M. The treatment of history in organization studies: towards an 'historic turn'? **Business History**, v. 46, n. 3, p. 331- 352, 2004.
- COSTA, et, al. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 288-299, jul./set., 2010
- COSTA, F.T; COSTA, E.M.L. Nova história da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas. **Revista. Administração Pública** — Rio de Janeiro 50(2):215-236, mar./abr. 2016
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introduction: the Discipline and Practice of Qualitative Research. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (org.) **Handbook of Qualitative Research**. 2 ed. London: Sage Publications, Inc. 2000, p. 1-28.
- DUARTE, Márcia de Freitas; ALCADIPANI, Rafael. Contribuições do organizar (organizing) para os Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador , v. 23, n. 76, p. 57-72, Mar. 2016

FERRAZ, R. K. S.; SILVA, M. A.M. Métodos Qualitativos e Históricos: Aplicação de Análise Documental e Entrevista Narrativa e de História de Vida e Oral em Estudos Organizacionais. In: **4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**, Aracaju. Livro de Resumos 4º Congresso Ibero Americano em Investigação Qualitativa e do 6º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação, 2015.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

LE GOFF, Jacques. **A História nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MINAYO, Maria C. E. Souza. **La artesanía de la investigación cualitativa**. 1º ed. Buenos Aires: lugar Editorial, 2009.

MONTEIRO, Daniel F. B.; SOUSA, Romário R. **A (Re) Construção da História de uma Fábrica a partir da Ótica Operária**. EnANPAD 2013. XXXVII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/RJ: 2013.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. 1ed. 13 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. Introdução: Cultura organizacional e cultura brasileira. In: MOTTA, F. C. PRESTES. **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 2011.

PECI, Alketa. O Simbólico e o Real: as contribuições das teorias não Dicotômicas. In: CARRIERI, A. de P.; SARAIVA, L. A. S. (org.) **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

PIERANTI, O. A Metodologia Historiográfica na Pesquisa em Administração: uma discussão acerca dos princípios e de sua aplicabilidade no Brasil Contemporâneo. **Cadernos EBAPE**, v.6, n. 1.2008.

SALAMA, A. O Uso da Biografia de uma Organização como Método de Pesquisa para a Investigação do Desenvolvimento Organizacional. **Revista de Administração Pública**. v. 28, n.1, p.32-42.jan./mar.,1994

SANTOS, Ana C. B. dos. Concepções de administração e administrador em tempos de capitalismo flexível: uma abordagem crítica. Tese de doutorado em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal/RN, 2013.

SANTOS, L. L. S.; SILVEIRA, R. A. Por uma epistemologia das práticas organizacionais: uma contribuição de Theodor W. Adorno. **Revista Organizações e Sociedade**, v.22, n.72, p.79-98, jan./mar., 2015.

SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, A.B.; NETO ROMAN, J. Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A.B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010

SILVA, M. R. História organizacional da ENAP: uma análise dos papéis desempenhados e das competências desenvolvidas. **Tese (doutorado)**. Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2016

SOUZA, R. K. S. de. Sobre (vivência) e mortalidade de pequenos negócios: o caso de mercados varejistas potiguaras. 2011. 187f. **Dissertação** de mestrado em Administração, PPGA/UFRN, Natal, RN, 2011.

_____. Interculturalidade em uma organização de origem em países distintos. **Tese** (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2016.

TORRES, F. R. vers l'avenir: l'histoire dans l'entreprise. In: Hamon, M., Torres, F. **Mémoire d'avenir: l'histoire dans l'entreprise**. Economica, p. 21-42.1987

ÜSDIKEN, B.; A. KIESER. . Introduction: History in organization studies. **Business History** **46**, 2004

VAISMORADI, M. et al. Theme development in qualitative content analysis and thematic analysis. **Journal of Nursing Education and Practice**, v. 6, n. 5, p. 398-405, 2016.

VERGARA, S. C; CALDAS, M. P. Paradigma interpretativista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 4, 2005

VIZEU, F. Potencialidades Da Análise Histórica Nos Estudos Organizacionais Brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**,v.50, n.1, 2010.